

SESSÕES DO PLENÁRIO

15ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 26 de maio de 2023.

PRESIDENTE: DEPUTADA LUDMILLA FISCINA

A Sr.^a PRESIDENTA (Ludmilla Fiscina): Bom dia a todos.

Invocando a proteção de Deus, pedindo a Deus, todo poderoso, orientação, declaro aberta a presente sessão especial em comemoração ao Dia Nacional da Defensoria Pública do estado da Bahia, proposta por mim, deputada estadual Ludmilla Fiscina.

É um momento de celebração, de muito orgulho estarmos todos aqui reunidos, porque vocês, defensores públicos, são a voz do povo, e aqui é a Casa do Povo. Precisamos estar todos alinhados para que possamos fortalecer os nossos laços e para que possamos conduzir.

Vou convidar agora para compor a Mesa a Sr.^a Firmiane Venâncio, defensora pública-geral do estado da Bahia; o Sr. Juraci Gomes de Oliveira, vigário-geral, que neste ato representa o arcebispo primaz do Brasil, cardeal Dom Sergio da Rocha; a Sr.^a Marilene Pereira Mota, procuradora de Justiça, que neste ato representa a procuradora-geral de Justiça do estado da Bahia, Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti; a Sr.^a Tereza Cristina Almeida Ferreira, presidente da Associação das Defensoras e Defensores Públicos da Bahia; a Sr.^a Naira Gomes, ouvidora-geral da Defensoria Pública da Bahia; a Sr.^a Liliana Sena Cavalcante, corregedora-geral da Defensoria Pública do Estado da Bahia; e o Sr. Sebastian Mello, conselheiro da Academia de Letras Jurídicas da Bahia, que neste ato representa a presidente Maria Auxiliadora Minahim. (Palmas)

Neste momento, ouviremos o Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.) (Palmas)

A Sr.^a LUDMILLA FISCINA: Como proponente da sessão especial, farei meu pronunciamento.

Novamente, quero, primeiramente, agradecer a Deus, sem Deus nós não conseguimos nada. Quero pedir a ele que nos dê sabedoria para conseguirmos galgar outros caminhos. Então, com a fortaleza de Deus, eu tenho certeza de que nós conseguiremos trilhar outros caminhos.

Agradecer aqui, novamente, à nossa querida Firmiane Venâncio, muito obrigada por fazer parte; está aqui também o Sr. Juraci Gomes de Oliveira, muito obrigada; à Sr.^a Marilene, procuradora de Justiça, muito obrigada, Marilene Mota; à Dr.^a Tereza Cristina Almeida, presidente da associação de defensores; à Sr.^a Naira Gomes, ouvidora-geral da Defensoria Pública; à Sr.^a Liliana Sena, corregedora-geral da

Defensoria; e ao Sr. Sebastian Mello, conselheiro da academia de letras. Muito obrigado por vocês estarem aqui, também vocês que estão aí no Plenário, muito obrigada.

Esta sessão especial é o momento de comemoração porque estamos todos aqui reunidos em prol de um único objetivo: valorizar e agradecer a vocês, defensores públicos.

Eu quero me colocar à disposição porque o mandato de Ludmilla Fiscina não é de Ludmilla, é do povo, e nós percebemos o que vocês fazem para a população, para as pessoas em situação de vulnerabilidade. É por isso que hoje é um momento em que devemos aplaudir vocês, sim.

O meu mandato está à disposição para que a gente possa fazer encaminhamentos, discutir, para que possa haver mais valorização, mais defensores públicos, para que a gente possa fortalecê-los nos interiores porque, por meio de vocês... Vocês também são a voz do povo. E, por meio de vocês, é que nós conseguimos atingir aquela classe que são as pessoas em situação de vulnerabilidade, que precisam de nós.

Eu, particularmente, porque há 13 anos a minha principal bandeira é o social, sei da importância disso, muitas pessoas nos procuram porque não têm a quem recorrer. E vocês sempre estão de portas abertas para ouvir, para fazer encaminhamentos e, juntos, em diversas situações, para poder acolher essas pessoas que tanto precisam de nós.

Então, muito obrigada! Para mim, (lê) “é uma honra participar desta sessão especial em homenagem ao Dia Nacional da Defensoria Pública, que é celebrado em 19 de maio devido à Lei Federal nº 10.448, instituída em 9 de maio de 2002.

A Defensoria Pública é a porta de acesso à Justiça para as camadas mais vulneráveis da sociedade, e, como militante pelo social...”, como disse, “(...) reconheço a extrema importância da Defensoria na vida de muitos baianos.

Hoje a Defensoria Pública da Bahia atende 60 comarcas, sendo que, em 49 delas, com defensores titulares e, em 11, por cumulação...”

Precisamos ver de que forma a gente pode avançar para que se tenha uma atenção especial para essa população.

(Lê) “(...) Importante ainda ressaltar que nos anos de 2020 e 2021, mesmo com a pandemia do coronavírus, a Defensoria não parou, mesmo trabalhando de forma remota, instituiu seu Regimento Interno, o censo, a sua Política Institucional de Promoção da Equidade Racial, o enfrentamento do racismo, e, por fim, realizou o oitavo concurso público para a classe inicial da carreira, com 30% das vagas para a população negra, 5% para deficientes e 2% para os povos indígenas.

A Defensoria Pública... Venho acompanhando o trabalho da Defensoria e vejo a necessidade de instalação de novos escritórios da Defensoria em todas as comarcas da Bahia, mas não podemos deixar de parabenizar a atuação incansável de nossos defensores públicos...”

Uma salva de palmas! (Palmas)

(Lê) “(...) O defensor público é a voz dos silenciados. Ele atua para defender os direitos fundamentais garantidos pela Constituição a cada cidadão, promovendo a dignidade da pessoa humana e a supremacia dos direitos humanos...”

Essa parceria, essa sensibilidade, podem ter certeza, nós vamos ter e vamos, sim, fazer diversos encaminhamentos. Quero aqui agradecer, que Deus possa dar sabedoria, essa sensibilidade, que vocês têm, que é a porta de entrada, para poderem, realmente, atender a nossa população.

Muito obrigada! Que Deus abençoe vocês. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Ludmilla Fiscina): Assistiremos agora ao vídeo institucional da Defensoria Pública da Bahia.

(Procede-se à apresentação de vídeo.) (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Ludmilla Fiscina): Quero registrar a presença da Sr.^a Soraia Ramos Lima, subdefensora pública-geral da Bahia, neste ato, representando todos os defensores públicos e todas as defensoras públicas. (Palmas)

Eu não poderia deixar de falar. Todos sabem que, nesta Casa, são 63 deputados, mas somente 10 deputadas. E nós sabemos onde precisamos avançar mais. Nós, mulheres, mulheres, sim, no espaço de poder. Então, nós precisamos avançar. E, assim, eu fico muito feliz que eu estou vendo várias mulheres, vários homens também, porque vocês fazem parte do nosso mandato.

Quero, gente, agradecer a Danilo Rodrigues, coordenador da 13ª Defensoria Pública Regional, de Alagoinhas. Todos sabem que Alagoinhas é a minha cidade, o meu interior querido. No município de Alagoinhas, só em Alagoinhas, eu tive, mais ou menos, 25 mil votos. Então nós fazemos um trabalho social lá muito forte, completando agora 14 anos. E quanto a Danilo, na sua pessoa, eu quero agradecer esta parceria e esta disposição para que a gente possa estar avançando, tanto no nosso município, quanto na zona rural. Então, Danilo, muito obrigada. Por favor, através da sua pessoa, leve o abraço a todos os que estão lá. (Palmas)

Registro também as presenças de Sr.^a Gilda Gordilho, diretora-geral da Defensoria Pública, em nome dos servidores e servidoras; Sr. Jorge Carvalho da Ressurreição, perito criminal do Departamento de Polícia Técnica, neste ato, representando a Dr.^a Ana Cecília Bandeira, diretora-geral do DPT; Sr. Bruno Vinícius Froes da Silva, coordenador de Documentação Onomástica e Datiloscópica; Sr.^a Marcela Moura, coordenadora do Núcleo de Controle de Atos Administrativos, neste ato, representando a Sr.^a Adélia Pinheiro, secretária da Educação da Bahia; Sr.^a Zuleik Carvalho Oliveira, procuradora-chefe da Sudesb, neste ato, representando Dr. Vicente Neto, diretor-geral; Sr.^a Flora Lassance, secretária das Mulheres da CTB-Bahia; Sr.^a Camila Pontes, analista organizacional da área de direito da Bahiagás; e Sr. Fábio Moraes, analista jurídico da Bahiagás. (Palmas)

Olhem como esta plateia está cheia.

Então é aquele ditado popular: “Juntos somos mais fortes!” Por isso, precisamos estar reunidos, não só no momento de celebração, mas valorização de vocês que são defensores. Eu não canso de dizer o seguinte. Contem conosco! Esta é a Casa do Povo. Esta é a Casa de vocês para nós podermos estar avançando nesta luta.

Agora, eu concedo a palavra a Sr.^a Tereza Cristina Almeida Ferreira.

A Sr.^a PRESIDENTA (Ludmilla Fiscina): Agora, eu concedo a palavra a Sr.^a Tereza Cristina Almeida Ferreira, presidente da Associação das Defensoras e Defensores Públicos do Estado da Bahia. (Palmas)

A Sr.^a TEREZA CRISTINA ALMEIDA FERREIRA: Bem, bom dia a todas, todos!

Eu queria cumprimentar, de forma especial, deputada, a iniciativa de V. Ex.^a, pois este é o seu primeiro mandato. V. Ex.^a é uma deputada que eu busquei saber. V. Ex.^a tem uma pauta muito forte em Alagoinhas. Participamos, na Adep-BA, sobre a discussão do orçamento participativo. Nesse estudo, a gente identificou o quanto V. Ex.^a tem de trabalho naquele lugar, não só na sede como também em toda a zona rural.

Me sinto muito feliz de, no seu primeiro mandato, ter a iniciativa de fazer esta celebração, pedir e realizar esta sessão especial, exatamente já intuindo o seu compromisso com a Defensoria Pública, com nós, defensores. E, aqui, eu falo em nome dos colegas defensores públicos. Logicamente, sentimos um imenso prazer pela sua experiência, pelo seu legado político. Eu vi nas suas ações de assistência.

Gostaria de deixar um abraço fraterno, também, ao prefeito. Falar com V. Ex.^a para intermediar brevemente. Nós vamos conversar com ele, sim, sobre a carreira, sobre a estrutura. Eu não posso deixar de elogiar o trabalho dessa pessoa completamente elegante, um dos defensores mais elegantes, quer dizer, dentre tantos que eu conheço, que é Danilo, pois ele é alguém que sabe nos atender na instância superior. Eu sou defensora titulada da instância superior. Por diversas vezes, a gente tem de dialogar com os colegas para poder intermediar situações que, a meu ver, não precisariam estar passando pelo tribunal.

Mas Danilo tem uma sensibilidade, como você falou, muito singular, porque não se trata só do saber jurídico. Ser defensor vocacionado é ter um olhar diferenciado com o tipo de público que a gente atende. É ter uma paciência que alcança um entendimento que vai para além da necessária compreensão do que acontece no estado, do que acontece no país, no que acontece nos municípios que a gente atua.

Então, eu não poderia iniciar sem agradecer e sem dizer que vamos conversar bastante, enquanto categoria. Acredito e sei do seu compromisso com o todo do que a gente faz. Por isso, vai ficar fácil a gente falar exatamente daquilo que você falou de uma forma muito tranquila. V. Ex.^a falou sobre a valorização da carreira. Onde a gente começou, já há esta mobilização, sensibilizando todos os atores políticos desse lugar que é suprapartidário, que entende Defensoria Pública como uma instituição de escola e a gente vai, com certeza, alcançar muitas vitórias, não só essas como tantas que, com certeza, nós e a administração, através da nossa defensora pública-geral, vamos buscar juntos para que a gente encontre exatamente esse sucesso e essa presença de Deus que você colocou.

Bem, eu queria, agora me permitindo, cumprimentar a nossa defensora pública-geral, Dr.^a Firmiane Venâncio; eu queria cumprimentar e pedir a bênção, neste momento de luz, ao Sr. Vigário Geral, cônego Juraci Gomes de Oliveira; queria também cumprimentar a Dr.^a Marilene, nossa companheira de presenças; e, com isso, cumprimentar, de forma muito querida, a procuradora-geral Norma, alguém que a gente sabe que conta, em todos os espaços políticos em que a gente está, com a presença dela no apoio à Defensoria Pública. É uma mulher de classe, é uma mulher de luta pela categoria e que, com certeza, entende a nossa presença nessa construção; queria cumprimentar Naira, Naira Gomes, a nossa ouvidora-geral. Mais uma vez, parabenizá-la por sua presença.

Já indo embora, não vai ficar presente, porque eu sei de sua importância na Defensoria Pública, a nossa corregedora, Liliana Sena Cavalcante; e o Sr. Sebastian Melo, conselheiro da Academia de Letras Jurídicas da Bahia, que neste ato representa a minha professora – avise a ela – Maria Auxiliadora Minahim. Foi minha professora na Ufba e saúdo ela de uma forma muito especial nesse sentido.

De logo, me permito também cumprimentar todas as representações aqui presentes, mas de uma forma muito especial os meus colegas. Eu queria dizer que para mim é muito importante falar com cada um de vocês olhando nos olhos. Quem conhece a minha história sabe que eu nunca perdi de conta e nunca perdi de visão, no meu coração, a responsabilidade política e o compromisso de fazer a Defensoria e os defensores. Uma vez eu falei assim num lugar: “esses agentes políticos”, mas órgãos de execução, esses que realizam exatamente este... ver agora eles protagonizando lutas.

A gente retorna para a Adep, eu tenho dois mandatos antigos e aqui eu só vou falar deles, porque nesse lugar em que eu estou que toda a nossa luta, tudo, tudo, tudo, deputada, tudo aconteceu aqui, nesta Casa, todas as nossas conquistas, todas as nossas vitórias. Nós encontramos um Parlamento suprapartidário quando a pauta era a Defensoria Pública. Claro que as negociações políticas existem. A gente, logicamente, não tem só a Defensoria para pensar no estado da Bahia, mas aqui, neste momento, eu, como presidente da Associação das Defensoras e Defensores Públicos da Bahia, me coloco nesse compromisso.

Não posso deixar de cumprimentar também, de forma muito carinhosa, todos os servidores desta Casa, porque quando eu chego aqui eles me cumprimentam, e eu fico muito feliz de saber que eles estão com saudade de mim. Pois é, a partir de agora eu vou continuar vindo.

Toda a sua equipe, Marília, quem faz parte da sua equipe, eu os conheço todos, todos da faculdade. E eu me sinto muito feliz de estar aqui, neste lugar, ainda neste mês, comemorando também uma campanha que – a senhora deve ter recebido o convite. Então, recebeu – é a campanha nacional pela inclusão de pessoas com deficiência. A gente vai, inclusive, lá em Alagoinhas, dialogar, levar essa pauta. É importante saber que a categoria não pede só a sua qualificação, que é um direito constitucional, mas a categoria também fala que a gente luta pela inclusão, dialoga com a Câmara de Vereadores daquele lugar. Tenho certeza que Firmiane também vai se envolver nessa campanha junto conosco para que a gente possa levar, exatamente, esse

compromisso de fazer desta luta nacional uma luta que se incorpora no estado da Bahia com a presença da Adep.

Eu escrevi algumas coisas, mas, logicamente, há até quem insista que eu não gosto muito de ler, seria bom a gente ter uma organização na fala.

(Lê) “No último dia 19 de maio, comemoramos o Dia Nacional da Defensora, do Defensor e da Defensoria Pública. Esta data, ou melhor, todo o mês de maio é um período de celebração e de reflexões sobre a causa do acesso à Justiça na Bahia e no Brasil.

A Defensoria Pública, instituição conceituada como expressão da democracia, de acordo com a nossa Constituição Cidadã, é, ao meu sentir, a instituição que tem o condão de contribuir enormemente para o alcance da felicidade pelas pessoas e grupos de pessoas a quem prestamos nossos serviços. Levar ao povo a Justiça e garantir Justiça ao povo, é esta a nossa missão e também o nosso legado.

Para isso, é fundamental que todos nós, representantes de instituições de Estado, membros da carreira de defensor público, população em geral e grupos de interesse, nos empenhemos em defesa do modelo de Defensoria Pública que temos hoje. Parece redundante esta minha afirmação, mas a nossa presença nas estruturas de Estado, mais especificamente no sistema de Justiça, é uma conquista recente, oriunda de muita luta coletiva em prol da equidade e da dignidade real das pessoas mais empobrecidas e afastadas da Justiça formal, tornando-as cidadãs com C maiúsculo. De maneira brilhante, a filósofa política Hannah Arendt nos ensinou que "a cidadania é o direito a ter direitos", pois a igualdade em dignidade e direitos dos seres humanos não é um dado, é um construído da convivência coletiva.

No Brasil, nos últimos anos, percebemos como estão ruindo construções que entendíamos sólidas no campo da política pública e das estruturas de Estado. Parece ser uma desordem, mas precisamos considerar que se trata de um caos perfeitamente organizado, não para atender aos interesses dos vulneráveis, entre os vulneráveis, mas dos abastados, dos reis donos do poder econômico, do capitalismo de mercado. E Karl Marx, em uma magistral reflexão, registrou que: “Tudo o que é sólido desmancha no ar, tudo o que é sagrado é profanado e os homens são, finalmente, forçados a enfrentar com sentidos mais sóbrios suas reais condições de vida e sua relação com outros homens”.

Neste 2023, senhoras e senhores, mais do que nunca estão em duelo diferentes visões de mundo, a inclusiva e democrática, que tem a Defensoria Pública como importante referência para garantir a cidadania popular, e a individualista e liberal, que tem o Estado mínimo e o lucro como marcadores de sucesso.

Os governos Lula, no plano federal, e Jerônimo Rodrigues, no estadual, serão elementares para esta definição.

E a nossa Associação das Defensoras e Defensores Públicos da Bahia, bem como cada defensora e defensor aqui presente, conta com o apoio de cada liderança dos movimentos sociais e populares, parlamentares, representantes de órgãos públicos, cidadãos e cidadãs para passar a mensagem ao governador Jerônimo Rodrigues e ao

presidente Lula: defender a Defensoria Pública é defender o povo, o povo que tem fome e sede de justiça.

Queria falar que também contamos com a presença de cada um aqui, nesta sessão especial, para assinar o nosso manifesto de fortalecimento da Defensoria Pública no estado da Bahia. Nele se faz uma reflexão política sobre o processo que nos levou à autonomia institucional, e sinalizamos as demandas emergentes que precisam ser consideradas para que o nosso ideal de acesso à Justiça não se perca. Somos contrários à implantação de defensorias municipais. É indispensável a valorização da carreira de defensor público estadual, e isso passa por cumprir a Constituição e garantir o subteto.

Já passou da hora de termos uma carreira de servidores de Defensoria Pública da Bahia. Aqui, peço, inicialmente, de logo uma luta pela carreira multidisciplinar, precisamos de assistentes sociais e de psicólogos, para contribuírem com o acesso à Justiça extrajudicial de forma qualificada.

Queria dizer, inclusive, que a nossa judicialização diminuiria muito mais se tivéssemos a presença desses atores para que eles pudessem, numa linguagem que só eles entendem, qualificar a nossa atuação para que a gente possa chegar perto das dores de homens e mulheres que, a cada dia, ouvimos nos rádios e nos canais de comunicação sobre as dificuldades que têm em suas relações familiares e, às vezes, são problemas causados, no seu nascedouro, por demandas psicológicas.

Nós temos que ter a responsabilidade política nesta Casa, dentro de uma instituição de acesso à Justiça, de ver a Justiça se encontrar, porque tudo, nós sabemos, começa na família, naquelas que existem informalmente e naquelas que se unem por amor, como, hoje, homens e mulheres estão tendo filhos, inclusive com o intuito de tirar da rua, e buscando, exatamente, nessa instituição, nesse compromisso de cada colega, que, na quantidade de trabalho que tem, não pode desqualificar a sua essencialidade. Então, é importante para nós termos uma carreira de servidores que possam tratar dessa questão.

E, aqui, eu peço desculpas, eu quero cumprimentar também todos os servidores, dos quais eu me esqueci no início da minha fala, que a gente vê se perder, a cada período de Reda que se acaba, a presença deles, nessa linguagem que só quem é defensor reconhece.

Bem, enfim, nesta sessão especial de homenagem ao Dia da Defensoria Pública, da defensora e do defensor, a Adep dá a cada defensora e a cada defensor um abraço enorme, e a certeza de que nós, da Adep, não só para os associados, mas também para aqueles que não são associados, um abraço profundo e a certeza de luta.

Esta defensora brevemente vai estar a caminho da aposentadoria, mas, com certeza, em todo lugar em que ela estiver, deputada, nesta Casa, que eu louvo a Deus com aquele belo Salmo 91, que eu me senti fortalecida quando li, louvo a Deus que aqui, brevemente, brevemente, a gente possa ver acontecer, numa primeira etapa — porque a gente sabe que a instituição tem tantas outras —, ver esta classe valorizada. Eu tenho a certeza de que V. Ex.^a vai votar conosco num projeto que dê legitimidade e qualidade de atuação para que a gente possa estar presente, com respeito àquilo que

não criamos, mas que está escrito desde 88, que é o tratamento constitucional à Defensoria Pública.

Muito obrigada a todos; muito obrigada a vocês, e que Deus nos abençoe. (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Ludmilla Fiscina): Agradeço a Dr.^a Tereza Cristina. São palavras verídicas. Realmente é uma causa que nós precisamos discutir... na verdade, já estamos discutindo, já estamos avançando. Eu tenho a certeza de que o nosso governador Jerônimo tem uma sensibilidade muito grande, e nós estaremos nesse momento de discussões para que a gente possa avançar.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTE (Ludmilla Fiscina): Concedo a palavra à ouvidora-geral da Defensoria Pública do Estado da Bahia, Sr.^a Naira Gomes.

A Sr.^a NAIRA GOMES: Bom dia a todos e todas presentes.

Eu quero, primeiramente, agradecer a Oxalá, dono do dia, sexta-feira; e também quero agradecer ao panteão de boas energias, seja qual nome tenha, por este momento tão auspicioso.

Eu quero saudar, portanto, a Mesa nas pessoas da deputada Ludmilla, proponente da sessão, e nossa defensora-geral, Firmiane Venâncio.

Eu quero, também, pedir licença para saudar as minhas companheiras de movimento social que estão aqui presentes: Rita Soares, da APLB Sindicato; Flora Lassance, da CTB Mulheres; nossa Leninha, representando a União de Negros e Negras pela Igualdade; quero saudar D. Mira, queridíssima, do MSTB, movimento por moradia; quero saudar também Leandro Menezes, que está aqui representando os trabalhadores rurais de Santo Amaro. (Palmas)

Eu acho que, neste momento, neste dia em que se comemora a Defensoria Pública, é importante dizer, portanto, que esse público recorre à Defensoria Pública como uma instância que lhe abre as portas quando tantas outras já fecharam. Esse público, a gente costuma chamar de pobre e vulnerável.

Mas eu quero fazer uma retificação desses termos: somos empobrecidos e vulnerabilizados. A condição de pobre e de vulnerável não é inata, não nascemos assim. É uma consequência histórica, é uma consequência de negação diária de gerações, de boicotes a direitos durante toda uma vida, que, inclusive, culmina na morte física. Quando pensamos num corpo estendido no chão temos de pensar nas mortes simbólicas que antecedem e autorizam a morte física.

Passamos uma vida inteira com direitos negados à saúde, à educação, à justiça, à dignidade, aos bens culturais... Então, essa população é, na maior parte, na Bahia, de negros e negras e de mulheres.

A Defensoria Pública atende, em sua maior quantidade, pessoas que recebem até R\$ 500 por mês. São mulheres que chefiam famílias com esses recursos.

Então, há um sistema muito doloroso de boicote a nossas existências e de precariedade que não só solapa a nós, mulheres desta geração, mas também das

próximas gerações, porque pensar em trabalho, emprego e renda é pensar se o filho vai para a escola, se faz curso de inglês, se tem livro didático, se come direito. Então, nós estamos também boicotando uma geração futura e tantas outras que estão por vir.

A Defensoria Pública é esse espaço que nos traz um sopro de esperança. A Defensoria Pública nos traz um sentimento poderoso de pertencimento, de proteção, de dignidade, de respeito a nossas vidas, nossa como pessoa e nossa como comunidade. Eu costumo falar, e gosto de brincar assim, que a Defensoria Pública nos estufa o peito, o peito de pombo de que muito fala aqui, na Bahia, nos estufa o peito do orgulho que é pensar que há uma instituição tão bem capacitada para defender a nós que não temos, a priori, quem nos defenda.

Então, é desse sentimento que eu quero falar um pouco mais. Dr. Rafson, ontem, fez uma metáfora fantástica, nos remetendo a uma imagem linda, quando Maria se senta à direita do juiz para oferecer o direito de defesa àqueles que estavam sendo julgados. Eu quero pegar esse gancho para dizer que as mulheres não querem somente elas carregarem sobre os ombros o peso da proteção, do cuidado, do acolhimento. O Estado brasileiro deve carregar sobre seus ombros o peso da proteção da população. Nós queremos que cada vez mais a Defensoria seja valorizada, que cada vez mais iniciativas como essa sejam propagadas para que o Estado cumpra a sua função de trazer a justiça que é devida às populações negra, cigana, quilombola, candomblecista, ou seja, a todos, todas e todes que são empobrecidos e vulnerabilizados. (Palmas)

Eu quero, para encerrar, dizer que a Ouvidoria Pública está aqui, Dr.^a Tereza, para fazer luta. Nós não somente ouvimos, nós incidimos politicamente, nós ajudamos a posicionar a Defensoria Pública ao lado do povo, ou seja, no lugar em que ela tem que estar, no lugar certo. Então, nós faremos, sim, a luta pela aprovação do PL, pela aprovação do que for mais produtivo e próspero para essa instituição que tanto nos é cara. Nós faremos um movimento grandioso, com movimento social, juventude, trabalhadores e sindicalizados, todas as áreas em que nós possamos dialogar e conquistar corações e mentes para o entendimento do que essa instituição significa para a gente e do quanto poderemos juntos e, assim, Dr.^a Ludmilla, inquebrantáveis, fazer a luta e conseguir ampliar a Defensoria Pública, conseguir acolher nosso povo que tanto precisa da gente.

Muito obrigada. Teremos luta! Contem com a Ouvidoria! (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Ludmilla Fiscina): Agradeço, aqui, pelas palavras a Naira Gomes.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Ludmilla Fiscina): Também quero convidar para a Mesa essa deputada tão comprometida, uma mulher, Olívia Santana. (Palmas) Eu tenho a certeza de que ela também está nessa luta. Nós precisamos de pessoas comprometidas.

Então, assim, quando vocês estão discursando, está passando um filme na minha cabeça, porque nós, diretamente ligadas ao social, sabemos dessa importância.

Então, falando do município de Alagoinhas, onde eu tenho esse tempo no social, onde eu já passei, desde a coordenação até a secretária de Assistência Social, onde nós conseguimos avançar muito com o Cram, Centro de Referência de Atendimento à Mulher, com casa de acolhimento.

Nós temos um abrigo em que colocamos para pessoas em situação de vulnerabilidade. Isso não tinha. São 40 homens abrigados. Há aqueles que também passam, os andarilhos, para que a gente possa dar suporte. Também, há a importância de fortalecer o emprego e a renda para essas mulheres em situação de violência.

Então, eu começo a perceber. Vejam que é um link. São ajudas a pessoas, direta ou indiretamente, que nós precisamos estar avançando mais. O casamento social já tem várias edições que nós realizamos, lá, no município, sempre, assim, brilhante.

Então, isso, sim, é lutar! Isso, sim, é uma certeza de luta, como vocês estão dizendo! Isso é uma parceria, pois nós precisamos estar juntos, todos os poderes. Os poderes precisam estar, sim, unidos para que a gente possa estar avançando. (Palmas)

Quanto às religiões de matrizes africanas, precisamos, sim, discutir e avançar. Quando eu trago e cito Olívia, é porque ela é mais uma deputada que está na causa, que vai estar junto conosco, guerreando, de uma maneira que a gente fala, popular, guerreando do bem.

Então, é por isso que nós estamos aqui. Eu estou muito feliz. Eu tenho certeza de que, daqui, sairão diversos frutos. Como a nossa querida Tereza disse, no Salmo 91, sempre, porque, com Deus no nosso coração, fazendo o bem, o bem sempre vai prevalecer. Eu tenho sempre isso comigo. Deus é sabedor de todas as coisas e Ele coloca sempre pessoas boas no nosso caminho para a gente poder ter parcerias e a gente poder estar avançando.

Este é o nosso propósito e o propósito de todos nós, aqui. Todos nós temos uma missão. Eu tenho certeza de que a minha missão, também, faz parte da minha vida em ajudar o social. (Palmas)

Quero registrar as presenças de Dr. Diego Brandão, secretário-geral da OAB, em Alagoinhas; Dr.^a Donila Ribeiro de Sá Fonseca, defensora e coordenadora-executiva das Defensorias Públicas Especializadas da Capital; Dr.^a Diana Furtado, defensora e diretora da Esdep, Escola Superior da Defensoria Pública do Estado; e Dr. Walter Nunes Fonseca Junior, defensor e coordenador-executivo da Coordenadoria das Defensorias Públicas Regionais, no interior do estado. (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Ludmilla Fiscina): Eu quero convidar a deputada Olívia para também contribuir.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Bom dia a todas e a todos. Bom dia, gente.

Participantes da sessão: Bom dia!

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Eu quero saudar, de forma especial, a querida deputada Ludmilla Fiscina que chegou, com muita disposição e com muita força, para o trabalho em defesa da democracia, o trabalho em defesa dos direitos das mulheres.

Hoje, está-se realizando esta sessão especial em comemoração do Dia Nacional da Defensoria Pública. Isso é fundamental, pois ela, deputada Ludmilla, é a autora desta

sessão e está atenta e comprometida com a pauta, Dr.^a Firmiane, minha defensora-geral.

Esta é uma pauta que nós precisávamos mesmo, Ludmilla, ter mais parlamentares que nos ajudassem a empurrar para a frente, a fim de garantir a votação do nosso projeto de lei (palmas) para ampliar a cobertura do atendimento da Defensoria Pública no interior da Bahia. Isso é garantir a valorização das defensoras e dos defensores, garantir o direito de iniciativa legislativa também da Defensoria. (Palmas) Essas são pautas fundamentais que a gente tem discutido.

Infelizmente, ainda, somos minoria. Mas eu tenho uma esperança, porque, Naira Gomes, nossa nova ouvidora, depois de Sirlene, nós temos de fazer a transição intelectual de que, agora... Naira está nesse lugar. Eu quero saudá-la e, ao mesmo tempo, desejar muita sorte, muita vitória, porque as mulheres negras só chegam arrombando portas. É uma luta insana.

Eu passei por uma situação ontem, aqui. Eu pensei assim: só justifica que eu tivesse passado pelo que eu passei e pelo fato de eu ser uma mulher preta. Se eu não fosse, eu não passaria. Mas, *“Eles passarão... Eu passarinho!”*. (Palmas)

Eu quero dizer que esses avanços que nós os queremos para Defensoria Pública, em termos de fortalecimento do órgão, têm o propósito de fortalecer também o atendimento à população, aliás, também não, principalmente, o atendimento à população.

Sr. Juraci Gomes de Oliveira, vigário-geral da Arquidiocese de Salvador, componente da Mesa, neste ato, representando o arcebispo, eu gostaria de dizer que a justiça precisa chegar à vida dos mais pobres, de quem mais precisa.

Observem, cada defensora, cada defensor, o poder que vocês têm. Vocês têm poder. Quando se passa em um concurso público, o concurso é uma guerra, é uma guerra de disputa de lugar. Você luta para ter um lugar nessa estrutura de estado que, ainda, é o melhor que nós podemos oferecer.

Quando a gente olha um estado possuidor da média salarial da população de R\$ 1.600, a gente tem de acordar e pensar nisso todos os dias, cada deputada, cada deputado, cada defensora, cada defensor! Eu sei que todo mundo olha para frente. Todo mundo olha para cima. Mas é preciso olhar para baixo da cadeia, porque essa cadeia está achatada e empobrecida. A gente vive num estado que é um mar de miséria e de pobreza.

O Orçamento da Bahia é de cerca de R\$ 64 bilhões. O Orçamento do Rio de Janeiro, com a população semelhante, é de R\$ 104 bilhões. São Paulo possui mais de R\$ 300 bilhões em Orçamento. Aqui, a colcha é curtinha para uma população de mais de 15 milhões de habitantes, equivalente à população de toda Guatemala. Então, é uma situação trágica em que nós vivemos.

Isso dever ser, aliás, deve ser não, porque eu sei, eu já vivi isso. Já fui dependente de cesta básica em toda a minha infância! Tomava aquele leite horroroso que o governo dava. E a gente tinha de ir pra fila do leite, se quisesse tomar leite. A família não tinha condições. A minha mãe não tinha condições. A gente tem um mar de trabalhadoras

solo, muitas delas enterrando os seus filhos de bala, seja do tráfico, seja da polícia, porque é chumbo trocado! E nós temos de falar sobre isso, meter o dedo nessa ferida.

O papel da defensora e o papel do defensor são o de promover justiça em que a desesperança foi plantada.

Então, nós temos de entender que uma pessoa pobre, que está lá na miséria, precisa do trabalho da defensora e do defensor, precisa do melhor trabalho. (Palmas) É o melhor trabalho que vocês possam fazer! Não tratem nunca com descaso!

Eu me lembro que tinha um programa do governo chamado Segundo Tempo. Esse tinha a coordenação, que podia ser pedagoga ou podia ser também um mestre popular da cultura. Um grupo de profissionais de educação física fez dali uma reserva de mercado. Derrubou os mestres populares. Só podia ir quem fosse estudante de educação física na universidade.

Resultado, Dr.^a Tereza, o que aconteceu com o programa? O programa murchou, porque os meninos vinham. Mas quando era pra ir para o Nordeste, para ir para o Subúrbio, o cara, morador da Ondina, Barra ou Horto Florestal, chegava e dizia: “Eu não vou descer nessa bocada!” E nem legitimidade tinha para estar descendo na bocada sem negociar com cara que vai liberar se você vai passar ou não. E, aí, ficaram com a reserva de mercado. E o povo ficou sem o serviço, sem um trabalho comunitário que precisava acontecer.

Então, gente, nós vivemos isso. Essas pessoas mais pobres vivem sob um mar de injustiça e de desalento. Quando pegar um processo, corra atrás da zorra!

(Os participantes da sessão riem.) (Palmas)

E me desculpem! Eu estou na tribuna. (Palmas)

Corram atrás do processo! Corra atrás! Vá para cima da delegada, pegue as informações, alimente a vítima de informações, pois ela, a vítima, tem direito às informações. Vejam, existe a Lei de Acesso à Informação. A vítima tem de ser municiada. Não tratem com superioridade intelectual. Não se deve pensar assim: “Ela não vai entender. Não vou nem explicar.” Explique o que está acontecendo! A vítima precisa saber para ela acreditar que a justiça pode chegar à vida dela.

Então, gente, as pessoas mais pobres, sempre, se viraram para pagar advogado. Tem gente que vem pedir ajuda para um deputado para dar um dinheiro para pagar a um advogado. Sabem por quê? Porque não se acredita no advogado público. Pronto, falei!

O que é o advogado público? É o defensor, é a defensora.

E a gente fica falando: “Acredite. Confie. Vou buscar a Defensoria. Vou correr atrás!” Eles nos respondem: “Ah, se for por aí, já sei que o meu caso não vai ser resolvido.” Essa é uma questão chave que nós temos de enfrentar.

A Defensoria é a atividade mediadora da Justiça!

Mas as defensoras e os defensores só existem, porque existem pessoas muito pobres que precisam desse serviço! Então não é um fim em si mesmo. Não é para alimentar o salário, a carreira da pessoa. A carreira da pessoa será muito mais brilhante se ela cumprir a vocação precípua do órgão. Então, essa é uma questão fundamental.

Finalizo dizendo o seguinte: fiquem atentas e atentos!

Ainda que nós tenhamos ganhado uma eleição que nos ajudou a respirar, que tirou o peso dos nossos ombros, nos tirou do estado de asfixia, o lodo ainda está aí. O pântano não foi superado ainda. Nós vivemos os escombros de um governo tirânico, fascista, com todas as letras em negrito! E as pessoas que vivem sob essa situação estão desesperadas.

A gente já está vivendo um estado de barbárie. Não é natural que uma rede de supermercados entregue dois meninos pretos para que o crime ou tráfico ou grupo de extermínio dê conta desses meninos. Esses eram tio e sobrinho, pretos, carnes descartáveis.

Eu estou com a mãe de um deles dando assistência psicológica pelo mandato. Não era papel do mandato. Mandato é para fazer a lei, é para fiscalizar. A gente faz porque a gente tem um fundo solidário do próprio mandato para ajudar o nosso povo, porque se a gente não ajudar, essa pessoa não terá ajuda. A mulher teve um surto recentemente. Sabem por quê? Porque ela está perdendo a esperança de haver justiça. Avó de Ian, a mãe de Bruno.

Então, a gente tem de parar e pensar o que é isso. Não é normal que, em uma rede opulenta, o segurança espanque uma mulher preta e o seu companheiro, porque pegaram uma lata de leite. O que é isso mesmo?! O que está acontecendo? Isso é barbárie! É a barbárie imposta pelo grande capital que não quer perder nada, nem uns quilos de carne, muito menos uma lata de leite! Agora, depois, tem de gastar uma fortuna em comunicação para limpar a imagem da rede! Olhem a contradição!

Companheiras e companheiros, eu estou com o peito, de fato, doído, hoje. Então, vocês vão considerar e relevar.

Mas eu quero saudar a Sr.^a Marilene Pereira Mota, procuradora de Justiça, neste ato, representando a Sr.^a Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti, procuradora-geral; Dr.^a Cristina, à qual eu já me referi, também; Dr.^a Liliana Sena Cavalcante; Sebastian Mello, conselheiro da Academia de Letras Jurídicas da Bahia; e, de novo, Naira, que eu já saudei; Dr.^a Soraia, Dr.^a Firmiane Venâncio; e o nosso Rafson, que estava ontem, aqui.

Bem, a Assembleia Legislativa já está uma casa da Defensoria Pública do Estado da Bahia.

Ao finalizar, gostaria de dizer que tenho uma crença muito grande no que a Defensoria Pública do Estado da Bahia se tornou, pois é uma trincheira que fez uma defesa impecável da democracia e da nossa Constituição.

Como eu disse, só falta votar o projeto de lei para a gente fazer a festa e celebrar o fortalecimento deste órgão e garantir, de fato, que a justiça chegue mais a esses 417 municípios e melhor.

Vocês estão aqui porque têm de fato um compromisso real com ideário de justiça. Essa gente que está aqui vai ter de convencer outras e outros que aqui não estão e não possuem esta mesma visão. Mas a gente chega e muda mentes e corações, porque só assim a gente pode mudar a Bahia, o Brasil e o mundo.

Muito obrigada! (Palmas)

Salve a Defensoria Pública da Bahia! (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Ludmilla Fiscina): Obrigada, nossa querida parceira, deputada Olívia.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Ludmilla Fiscina): Vejam que os discursos, às vezes, realmente, externam os nossos sentimentos, mostram o nosso sentimento. A deputada Olívia trouxe duas situações. Agora, imaginem quantas outras situações acontecem onde nós não sabemos?!

Então, particularmente, com o trabalho social, vamos, diretamente, àquela classe em situação de vulnerabilidade, onde todos os dias visualizamos e presenciamos situações como essa. Isso é muito constrangedor, é muito triste.

Então, assim, vocês, realmente, fazem parte disso tudo. Vocês são autores importantes desta luta. Isso é um dos pontos importantes. Então, vejam a responsabilidades que vocês, defensores e defensoras, têm junto conosco, a fim de a gente poder crescer junto.

Vamos, agora, assistir a mais um vídeo institucional da Defensoria Pública. Trata-se de uma campanha.

(Procede-se à apresentação de vídeo.) (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Ludmilla Fiscina): Agradeço, também, às presenças de Dr. José Andrade Soares Neto, procurador-municipal de Salvador, neste ato, representando o Dr. Eduardo Porto, procurador-geral de Salvador; e o nosso querido Marinho Soares (palmas), advogado criminalista, do Educafro Brasil. Muito obrigada. Nós fizemos uma audiência pública para poder discutir a superlotação dos presos provisórios. E ele, Marinho, esteve, sempre, presente conosco para que a gente possa debater e avançar. Muito obrigada, doutor. (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Ludmilla Fiscina): Vamos, agora, conceder a palavra a Sr.^a Firmiane Venâncio do Carmo Souza, defensora pública-geral do Estado da Bahia. (Palmas)

A Sr.^a FIRMIANE VENÂNCIO DO CARMO SOUZA: Bom dia a todas e a todos.

Queria, mais uma vez, agradecer, pois a gente já está se sentindo em casa aqui, não é? O movimento ocupa a Assembleia Legislativa. Deveríamos ficar até que o nosso projeto de lei fosse aprovado, finalmente. (Palmas) Mas, vamos lá! Vamos pensar nisso, não é Tereza?

Queria agradecer, deputada Ludmilla Fiscina, não apenas a atenção com a Defensoria Pública, mas, sobretudo, a parceria que seu mandato tem tido. E, aí, eu queria estender também este agradecimento à composição do seu gabinete, de toda a sua estrutura, tanto aqui quanto em Alagoinhas, pois ambos têm disponibilizado esta rede, têm composto esta rede de atuação em defesa das pessoas mais vulnerabilizadas daqui até Alagoinhas. Isso tudo tem fortalecido. Ressalto que o município daquela

cidade tem cedido os espaços em que os nossos assistidos mais precisam, as atuações, os direitos que eles mais precisam ascender, sobretudo, em áreas muito caras para nós: a atenção a crianças e adolescentes, atenção a pessoas em situação de vulnerabilidade, em razão da habitação.

Então, tudo isso é parte de uma atuação conjunta da Defensoria Pública junto com aquele mandato lá e com o seu mandato aqui também.

Então, queria agradecer muitíssimo a sua atenção conosco. Queria que a senhora se mantivesse mobilizada e fosse, de fato, uma voz nossa dentro de toda a articulação política que vai ser necessária para nós seguirmos no fortalecimento da Defensoria Pública.

Queria agradecer, também, igualmente, à deputada Olívia Santana pelas palavras, pela presença, pela defesa do serviço público que a Defensoria Pública presta. Deputada Olívia, nós, todos e todas, estamos muito atentas à importância da nossa missão institucional e talvez porque nós saibamos o tamanho da missão institucional que a Defensoria Pública tem.

Nós pugnamos tanto pela valorização deste profissional e desta profissional, porque nós precisamos fazer a tradução daquilo que a pessoa mais vulnerabilizada precisa chegar ao Supremo Tribunal Federal. Esta tarefa não é fácil. As agruras que defensores e defensoras públicas precisam enfrentar ouvindo a população mais empobrecida, muitas vezes, nós não temos como fazê-la chegar a acessar o seu direito, porque, muitas vezes, esse direito sequer existe.

A única coisa que nós fazemos é, muitas vezes, levar uma palavra de acolhimento, levar uma esperança de que algo melhor está por vir. Mas são esses profissionais que fazem essa dinâmica de atendimento, que colocam a sua vida a serviço de atender à população mais vulnerabilizada buscando entender esses problemas e resolvê-los, na medida do possível.

Então, é por esta tarefa tão grandiosa que nós desempenhamos que nós pedimos tanto a valorização da nossa categoria, da nossa classe, do grupo de defensores e defensoras públicas, mas também daqueles que dão apoio ao nosso serviço como servidores e servidoras da Defensoria Pública que, diuturnamente, fazem o acolhimento de uma população que, muitas vezes, ninguém quer mais atender. E a Defensoria Pública acaba sendo a derradeira porta de entrada para a justiça, para os direitos ou, como eu disse, para uma simples palavra de acolhimento.

Queria agradecer, também, a presença do vigário Juraci Gomes. Muito obrigada. Leve um abraço a D. Sérgio. Agradeço, também, a acolhida que a Defensoria Pública teve lá e o apoio que D. Sérgio dispensou à Defensoria Pública, porque entende a nossa missão, entende o trabalho que nós podemos realizar junto as pastorais que são tão importantes para o povo vulnerabilizado que a Defensoria Pública atende.

Queria agradecer, também, a presença sempre atenciosa e carinhosa da Dr.^a Marilene Pereira Mota. Leve um abraço nosso a todos os membros do Ministério Público da Bahia.

Ressalto o trabalho da Dr.^a Tereza Cristina, presidente da nossa Associação das Defensoras e Defensores Públicos do Estado da Bahia, pois ela é mulher de luta e de

vitórias também, não é? Vamos juntas conseguir alcançar o nosso maior objetivo, Dr.^a Tereza. Tenho certeza disso.

Ressalto a nossa ouvidora Naira Gomes. Bem-vinda, mais uma vez e sempre. Muito obrigada por sua compreensão já tão profunda do papel da Defensoria Pública, Naira. Queria agradecer, também, a presença da nossa corregedora-geral, Dr.^a Liliana Sena Cavalcante. Essa tem sido uma conselheira de todas as horas para esta defensora pública que vos fala. Agradeço os seus 4 anos de dedicação à Corregedoria-Geral da Defensoria Pública, o brilhante trabalho que a senhora e a sua equipe desempenhou durante esses dois mandatos, Dr.^a Liliana.

Queria agradecer a presença também muito carinhosa do nosso querido professor Sebastian Mello. Sebastian, querido, eu sei que você está representando a nossa Academia de Letras Jurídicas da Bahia mas também é um professor de muitos defensores públicos e membro, também. Participamos juntos das lutas democráticas por dentro do direito. Fico muito feliz de ter a sua presença hoje, viu? Muito rica a sua presença aqui.

Meus colegas, minhas colegas, defensores e defensoras públicas, servidores e servidoras da Defensoria Pública do Estado da Bahia, representações da sociedade civil, Marinho, querido, encontrei, lá, em Irecê, o nosso querido procurador também, de Alagoinhas, as representações do Movimento Mais Defensores, todas as pessoas que estão nos acompanhando, aqui, todas as pessoas também desta Casa que nos dão assistência.

Eu queria dizer que nós caminhamos para um encerramento de mais um maio da Defensoria Pública brasileira. Mas, para a grande parte do nosso país, a nossa instituição, ainda, representa uma grande promessa.

Digo isso porque, findo o prazo estabelecido pela Emenda Constitucional nº 80/2014, para que todas as comarcas pudessem contar com a presença da Defensoria Pública, essa determinação constitucional não saiu da simbologia textual para se tornar realidade.

A contradição se agudiza quando constatamos que, diante da centralidade assumida pela lei no estado democrático de direito, o acesso à justiça tornou-se sinônimo de acesso a direitos, ou seja, para uma parcela imensa da sociedade as prestações estatais, as políticas públicas, só são concretizadas após a atuação extrajudicial ou judicial da Defensoria Pública.

Chegamos a 2022 com dados da pesquisa realizada pelo Conselho Nacional de Corregedores-Gerais e o Condege (Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais) apontando que, para 25% da população brasileira, aquela que percebe até três salários mínimos, a única possibilidade de se defender de uma acusação, a única possibilidade de conseguir o reconhecimento da paternidade, a única possibilidade de ter a sua documentação regularizada ou de ter a sua regularização fundiária assegurada é pela Defensoria Pública.

Chegamos a 2023 demonstrando que a Defensoria Pública é expressão e instrumento do regime democrático de direito, porque foi a instituição que, nas últimas eleições, viabilizou, por meio da atuação estratégica de defensores e defensoras da

capital e do interior da Bahia, a participação política dos eleitores que precisavam de gratuidade de transporte para votar. Vejam, 6 milhões de pessoas na Bahia foram, potencialmente, atingidas por uma iniciativa que envolveu uma articulação com as prefeituras municipais, mais um trabalho muito importante junto ao Poder Judiciário baiano.

Estamos falando de uma instituição cuja missão é defender os direitos encartados nos mais diferentes diplomas legais e que, mesmo através de uma atuação aparentemente simples, tem o seu potencial político de retirar um contingente enorme da margem social.

É isso que a nossa unidade móvel de atendimento tem comprovado nos mais de 49 mil atendimentos realizados, nos mais de 60 mil quilômetros percorridos pelo interior da Bahia. Aproveito para convidar todas e todos a assistirem ao documentário *Onde é que a gente estava? UMA: a chegada da esperança*, disponível no canal do Youtube da Defensoria Pública. Esse filme, produzido pela assessoria de comunicação da nossa instituição, deve ser assistido por toda a sociedade, mas especialmente pelos membros desta Casa, que, ao assistirem a esse documentário, terão a exata dimensão da potência emancipatória traduzida na atuação de defensoras e defensores públicos.

Estamos em 49 comarcas por titularidade, 11 comarcas por substituição. Além disso, fizemos incursões com atuações itinerantes em comarcas em que a Defensoria Pública ainda não estava instalada: 24 comarcas receberam a atuação da Defensoria Pública por meio do grupo especial do júri; 29 comarcas receberam a atuação da Defensoria itinerante da infância e juventude...” E foram mais de 136 municípios alcançados pela atuação itinerante da Defensoria Pública, através da sua unidade móvel.

“(Lê) (...) A deputada proponente desta sessão é testemunha, em Alagoinhas, assim como os membros da Câmara de Vereadores de Barreiras...” – e de outros municípios baianos – “(...) são testemunhas de que quando um gestor quer avaliar as políticas públicas implementadas em seus municípios, a Defensoria Pública é um dos termômetros mais importantes.

De igual modo, somos nós que temos o diagnóstico da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de serviços públicos, das empresas de telefonia, dos planos de saúde. São defensores e defensoras que têm atuado de forma continuada, mas também em mutirões e itinerâncias em todas as unidades prisionais do estado da Bahia...” Hoje, estamos em Itabuna fazendo esse trabalho.

(Lê) “(...) Somos nós que dispomos de um dos cadastros mais completos da população em situação de rua de Salvador, dados, inclusive, utilizados pelo município durante a pandemia, para viabilizar a vacinação desse grupo na nossa cidade.

No último dia 15 de maio, o projeto Interioriza Defensoria, uma atuação que objetiva levar os nossos serviços para os distritos e bairros distantes dos centros e das comarcas...” O projeto se dirigiu a 13 cidades, a 13 distritos judiciários dos municípios da Bahia, para fazer esse acolhimento da Defensoria Pública.

(Lê) “(...) Nós já iniciamos o diálogo com o Ministério da Justiça para indicar essa iniciativa como uma das possibilidades de alcançar as pessoas que não conseguem chegar a uma unidade da Defensoria Pública, levando a Defensoria até elas, portanto.

Esperamos profundamente que não apenas essas iniciativas, mas tantas outras, pela capital e interior, construídas ao longo dos 37 anos de existência da Defensoria Pública do Estado da Bahia e que alcançam mais de 1,9 milhão de pessoas atendidas por ano, possam convencer o Executivo e o Legislativo do estado da Bahia acerca da necessidade de dar passos firmes, no reconhecimento daquilo que a Constituição Federal já consagra: somos a instituição expressão e instrumento do Estado democrático de direito.”

Muito obrigada.

A Sr.^a PRESIDENTA (Ludmilla Fiscina): Obrigada, doutora.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Ludmilla Fiscina): Neste momento, vamos ouvir o Hino da Bahia.

(Procede-se à execução do Hino da Bahia.) (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Ludmilla Fiscina): Queremos agradecer por esta manhã. Eu estava conversando aqui, cochichando, como se diz no popular, com a Dr.^a Firmiane, que eu acho assim: vamos nos colocar também à disposição, doutora, porque eu acho que também é um momento importante. Eu vi ali que vocês fazem ações itinerantes, mas que a gente pudesse... são 417 municípios, que a gente pudesse também trabalhar de uma maneira regional para poder mostrar à população quais são os serviços.

Quando a deputada Olívia traz essa demanda, são demandas que nós escutamos, que ainda há muitas pessoas que não têm conhecimento, principalmente da zona rural, e nós precisamos fortalecer de formas, assim, com workshops, através da câmara de vereadores... Então, assim, eu me coloco também à disposição. Sou educadora, com muito orgulho, e sei da importância da comunicação. Quando a gente traz, pelas faculdades, através dos cursos de Psicologia, Serviço Social, Direito, que a gente possa fazer esse trabalho para divulgar mais. Então conte conosco.

Quero aqui agradecer a todos os funcionários desta Casa; à imprensa; aos garçons; aos nossos assessores, porque sem vocês nós não conseguimos realizar um evento brilhante desse; ao Cerimonial da Casa; ao Cerimonial da Defensoria. Então, assim, agradecemos a todos que, de maneira direta ou indireta, contribuíram para que esse evento brilhante acontecesse. Quero agradecer a todos vocês, porque, numa sexta-feira, o Plenário estar lotado, isso mostra compromisso, então queremos agradecer.

Podem ter certeza de que a luta continua, é uma certeza de que temos de estar juntos, sim, para proteção e dignidade do nosso povo e valorização da carreira, a carreira multidisciplinar, importantíssima, quando você traz... Porque cada um tem conhecimento do que realmente estudou no seu dia a dia, mas quando fortalece com psicólogo, assistente social, vocês defensores, nós também, eu tenho certeza de que a

gente consegue avançar. Então, essa sensibilidade, esse comprometimento nós temos de ter a cada dia.

Agradecer a essa instituição conceituada, a vários defensores e defensoras que estão aqui. Olhe para isso, o início tem só essas mulheres. Os homens não fiquem com inveja, mas olhem para isso! Muito obrigada porque vocês estão aqui. (Palmas)

Quero plagiar Machado de Assis, dizendo o seguinte: “A vida sem luta é um mar morto no centro do organismo do universo.” Nós não nascemos para ficar de braços cruzados, nós nascemos com um objetivo: salvar vidas, ajudar pessoas. E eu costumo dizer que quem gosta de pessoas... esse é o nosso propósito, e que a gente possa estar avançando.

Em nome do Poder Legislativo da Bahia, agradeço a presença das autoridades civis e militares, das Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados e da imprensa.

Declaro encerrada a presente sessão.

Muito obrigada e que Deus abençoe. (Palmas)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.